

Quine contra a Semântica Mentalista

André Joffily Abath

Universidade Federal da Paraíba
andreabath@gmail.com

1. Introdução

No segundo capítulo de seu excelente livro *O Realismo Naturalista de Quine: Crença e Conhecimento sem Dogmas*, Bulcão Nascimento apresenta alguns dos argumentos de Quine contra a semântica mentalista. Dois argumentos principais podem ser identificados: um primeiro que toma como base a tese da indeterminação da tradução para questionar tal semântica, e um segundo que a questiona a partir de certas considerações acerca da natureza holística do significado. Neste comentário, gostaria de discutir criticamente tais argumentos apresentados por Bulcão Nascimento, em sua leitura de Quine, contra a semântica mentalista. São tais argumentos convincentes ao ponto de justificarem o abandono da semântica mentalista? Buscarei mostrar que talvez não.

2. Semântica Mentalista

Antes de mais, precisamos compreender adequadamente o que Quine entende por uma semântica mentalista. Acerca desse ponto, Bulcão Nascimento diz que

segundo essa concepção mentalista, a semântica de um homem é considerada como determinada de uma vez para sempre em sua mente. Os significados seriam espécies de entidades mentais – idéias, por exemplo – as quais encontram determinadas palavras ou expressões para veiculá-las. Assim, traduzir uma linguagem equivaleria a achar palavras ou expressões na outra linguagem que remetem àquelas mesmas idéias... Traduzir, então, equivaleria a não mais do que trocar as etiquetas ou rótulos (2008, p.79).

Uma semântica mentalista com tais características foi defendida, por exemplo, por Hume. Na contemporaneidade, vem sendo defendida por Jerry Fodor.¹ Segundo tal

¹ Ver, por exemplo, Fodor (1998). Para uma defesa de Fodor da continuidade de seu projeto em relação ao projeto humeano, ver Fodor (2003). Há, porém, distinções importantes entre a posição humeana e a fodoriana. A principal delas é que, para Hume, idéias (conceitos) são imagens, enquanto, para Fodor, são algo como palavras em uma linguagem do pensamento.

posição, portanto, palavras na língua natural são expressões de certas representações presentes na mente dos sujeitos. Tais representações podem ser chamadas de idéias, ou, como diríamos hoje, de conceitos, e correspondem ao significado da palavra que lhe expressa. Tais conceitos, uma vez adquiridos, são invariáveis e compartilhados entre sujeitos. Por exemplo, a palavra ‘cão’ seria a expressão de uma representação na mente dos sujeitos falantes do português; mais especificamente, de um conceito que poderíamos tomar como sendo o conceito CÃO², e tal conceito seria invariável (uma vez adquirido) e compartilhado entre sujeitos, mesmo entre sujeitos falantes de línguas distintas. Traduzir a palavra ‘cão’ em outra língua seria, portanto, encontrar, nessa língua, uma palavra que fosse a expressão desse mesmo conceito.

Há, claro, inúmeras questões a serem respondidas aqui. Por exemplo: Como é determinada a semântica dos próprios conceitos? Afinal, coisas no mundo (como cães), supostamente caem sob conceitos (como o conceito CÃO). Como é possível que isso ocorra? Aqui, porém, não teremos espaço para lidar com essas e outras questões acerca da semântica mentalista. Para nossos propósitos, o importante é retermos a idéia central da posição: palavras, de acordo com a semântica mentalista, são expressões de conceitos na mente dos sujeitos, que correspondem ao significado das palavras, e são invariáveis e compartilhados. Meu foco, aqui, será discutir até que ponto os argumentos de Bulcão Nascimento, em sua leitura de Quine, afetam a versão contemporânea de uma tal semântica mentalista.

3. Indeterminação da Tradução e Primeiro Argumento contra a Semântica Mentalista

Antes de adentrarmos na primeira crítica apresentada por Bulcão Nascimento à semântica mentalista, precisamos considerar, brevemente, a tese quineana da indeterminação da tradução, que servirá como base para tal crítica. A tese da indeterminação da tradução diz-nos que, dada uma língua a ser traduzida, “manuais de tradução incompatíveis entre si podem conformar-se a todas as mesmas distribuições de disposições verbais” (Quine, 1987a, p.429). Como salienta diversas vezes Bulcão

² Sempre que mencionar conceitos, o farei em caixa alta, e em língua portuguesa. Saliente-se, porém, que, para o defensor da semântica mentalista contemporânea, tal conceito não estaria representado em nossa mente em língua portuguesa, ou qualquer outra linguagem natural, mas sim em algo como uma linguagem do pensamento, compartilhada por todos os humanos. Daí conceitos poderem ser compartilhados por indivíduos falantes de línguas distintas.

Nascimento em seu livro, para Quine, quando temos como tarefa traduzir uma língua – por exemplo, uma língua nativa até então desconhecida –, “os únicos dados com que ele [o tradutor] poderá contar... serão apenas as expressões proferidas pelos nativos e seu comportamento associado” (Bulcão Nascimento, 2008, p.49). Ora, mas acontece que, se, ao buscarmos traduzir uma língua – tal como uma língua nativa desconhecida –, temos como dados para nossa tarefa apenas o comportamento verbal e não-verbal dos falantes (ou suas disposições para tal comportamento), então há várias hipóteses acerca da tradução das expressões proferidas por esses que são compatíveis com tal comportamento. No caso clássico apresentado por Quine (1960, 1969), um lingüista de campo, recém chegado a uma comunidade onde se fala uma língua até então desconhecida, observa os nativos proferirem a expressão ‘gavagai’ diante de coelhos. Como traduzir tal expressão? Bem, ‘gavagai’ pode referir-se a coelhos, mas, dado todo o comportamento dos falantes (ou suas disposições comportamentais) também pode referir-se à coelhidade (ou seja, a propriedade de ser um coelho), ou a partes não destacadas de coelho.³ Afinal, sempre que um coelho está presente diante de um sujeito, também estão presentes a coelhidade e partes não destacadas de coelhos, e não há nada no comportamento geral dos falantes que nos permita distinguir a qual dessas três coisas eles estão se referindo. Sendo assim, considerando os dados disponíveis, de natureza comportamental, ‘coelho’, ‘coelhidade’ e ‘parte não destacada de coelho’ são, todas as três, traduções possíveis para ‘gavagai’, e não há como definir qual delas é a correta. Na verdade, não há mesmo tal coisa como haver uma tradução correta para ‘gavagai’, considerados os dados disponíveis. Isso significa que a tradução de ‘gavagai’, assim como de muitas outras expressões da língua, é indeterminada.

Mas, de que forma a tese da indeterminação da tradução ameaça a semântica mentalista? Bulcão Nascimento diz-nos que, caso a semântica mentalista fosse verdadeira, o significado seria uma entidade determinada – o significado de ‘cão’, por exemplo, seria algo com o conceito CÃO – em cujo caso poder-se-ia “perguntar afinal pela tradução absolutamente correta de uma palavra ou expressão. Isto é, ‘gavagai’ ou significaria ‘coelhidade’ ou significaria ‘parte não destacada de coelho’ (2008, p.79). Posto de outra forma, a tradução correta para ‘gavagai’ seria aquela palavra que expressasse (em português, por exemplo) o mesmo conceito que está sendo expresso

³ A idéia, aqui, é que a referência de ‘gavagai’ é indeterminada – ou inescrutável, como diz Quine – e que, devido a isso, a tradução do termo é indeterminada. Adoto tal estratégia por razões de simplicidade expositiva. Bulcão Nascimento, porém, inicia com a indeterminação da tradução, e dela extrai a inescrutabilidade da referência.

por essa palavra nativa. Se o conceito expresso pela palavra fosse algo como COELHO – ou melhor, o equivalente de tal conceito na linguagem do pensamento –, a tradução correta seria ‘coelho’. Ora, mas, como vimos, se Quine estiver certo, não há tal coisa como uma tradução correta para ‘gavagai’, considerados os dados disponíveis. O que significa que, se Quine estiver certo, a semântica mentalista – tal como apresentada aqui – é falsa.

3.1. Questionando o Primeiro Argumento

Quão convincente é esse argumento contra a semântica mentalista? Bem, de início, o mentalista poderia dizer o seguinte. Ainda que sejamos incapazes, a partir dos dados disponíveis, de identificar qual a tradução correta para determinados termos, isso não significa que *não haja* uma tradução correta. Por exemplo, ainda que não sejamos capazes de identificar – a partir dos dados disponíveis – que conceito é expresso por ‘gavagai’, e, portanto, a palavra na língua portuguesa que corresponde ao conceito, e que é a tradução correta para o termo, isso não significa que não haja tal conceito. Significa apenas que nossos dados são insuficientes para identificá-lo. Nossas capacidades epistêmicas certamente não determinam aquilo que há. Ou seja, ainda que tudo que Quine diz acerca de nossa impossibilidade de identificar a tradução correta para ‘gavagai’ seja verdadeiro, não se segue que não haja um conceito expresso por ‘gavagai’, e que esse conceito seja representado na mente do sujeito, como afirma a semântica mentalista. Apenas significa que, com os dados que possuímos, não somos capazes de identificar tal conceito. Sendo assim, devemos abandonar a hipótese de que tal conceito existe, ou buscar mais dados, de forma a identificá-lo?

Uma famosa linha de ataque contra a tese da indeterminação da tradução afirma, precisamente, que precisamos de mais do que dados comportamentais de forma a identificar a tradução correta para um termo.⁴ Segundo tal linha, a conclusão de que a tradução é indeterminada – como ilustrado no clássico caso de tradução de ‘gavagai’ – segue-se apenas se restringirmos os dados disponíveis para a tradução como sendo de natureza comportamental. De fato, o comportamento dos sujeitos (ou suas disposições de comportamento) é compatível com diferentes manuais de tradução para sua língua. Sendo os dados para a tradução unicamente de natureza comportamental, a tradução é

⁴ Para discussão baseada em tal linha de ataque, ver, por exemplo, Hintikka (1969), Landesman (1970) e Chomsky (2000).

indeterminada. Mas a questão é: por que restringir os dados de tal forma? Por que não pode um lingüista, por exemplo, valer-se de todos os dados ao seu dispor na tentativa de traduzir uma língua? Por que não pode ele usar, por exemplo, dados psicológicos, tais como teorias psicológicas acerca da forma como os humanos tipicamente dividem o mundo que lhes é apresentado na percepção?

Quine certamente recusaria esse passo, já que, segundo ele,

a abordagem behaviorista é obrigatória. Em psicologia, pode-se ou não ser um behaviorista, mas em lingüística não se tem opção. Cada um de nós aprende sua própria linguagem observando o comportamento verbal de outras pessoas e tendo seu próprio comportamento verbal hesitante observado e reforçado ou corrigido por outros. Nós dependemos estritamente do comportamento aberto em circunstâncias observáveis... (1987b, p.37).

Em relação a tal argumento, poderia ser dito que não é verdade que, no aprendizado lingüístico, a criança dependa estritamente do comportamento aberto de seus pares, embora dependa parcialmente de tal comportamento. Como salienta Bulcão Nascimento (2008, p.102), o próprio Quine supõe que, de forma a adquirir uma língua, uma criança precisa ter certas propensões inatas, tais como a propensão de imitar terceiros, e de identificar similaridades relevantes entre estímulos. Mas é amplamente aceito em psicologia e lingüística que o aprendizado lingüístico é facilitado por diversas outras propensões inatas. Ellen Markman (1994), por exemplo, defende, a partir de dados empíricos, que crianças possuem uma propensão a, ao ouvir uma palavra pela primeira vez sendo aplicada a algo, tomar a palavra como se referindo ao objeto como um todo. Por exemplo, ao ouvir a palavra ‘coelho’ pela primeira vez, sendo aplicada diante do animal, a criança teria uma propensão inata a tomar a palavra como se referindo ao objeto como um todo, ao coelho, e não a uma parte não destacada do objeto, ou à coelhidade, ou mesmo à cor do coelho, ou outra de suas propriedades. Markman concorda com Quine que o comportamento dos falantes deixa a referência de ‘coelho’ como sendo inescrutável para as crianças. Dado tal comportamento, ‘coelho’ poderia se referir ao objeto como um todo, ou a uma parte não destacada do objeto, ou à coelhidade. Como, então, chega a criança a tomar o termo como se referindo ao objeto como um todo? Resposta: com base em uma propensão inata a fazê-lo.

É bastante plausível que tal propensão lingüística inata esteja ligada a uma propensão perceptiva inata: de dividir o mundo perceptualmente em termos de objetos em seu todo, e não, por exemplo, de partes não destacadas de objetos. Afinal, se temos

uma propensão inata a aplicar termos a objetos em seu todo, precisamos dividir o mundo perceptualmente em termos de objetos em seu todo, e não de suas partes não destacadas, por exemplo. Suponha que esse seja o caso. Que razão, então, poderia haver para que um lingüista, em sua tentativa de traduzir uma língua nativa, por exemplo, ignorasse tais dados, e utilizasse como base para sua tradução apenas o comportamento dos nativos? Afinal, tais dados são claramente relevantes para a sua tarefa. Caso tenhamos uma propensão inata para dividir o mundo perceptualmente em termos de objetos em seu todo, tal fato parece favorecer claramente a hipótese de que ‘gavagai’ refere-se não a partes não destacadas de coelho, ou coelhidade, mas ao objeto em seu todo, a coelhos. Afinal, essa seria nossa forma natural de dividir o mundo. Nesse caso, parece haver fortes razões para o lingüista preferir ‘coelho’ enquanto tradução de ‘gavagai’, em detrimento de outras hipóteses, e isso se deve não ao fato de o próprio lingüista dividir o mundo de forma que essa seja a tradução mais provável, mas de essa ser uma propensão humana em geral.

Claro, isso não prova que ‘gavagai’ significa ‘coelho’. Ainda que tenhamos uma propensão inata para dividir o mundo da forma sugerida, é empiricamente possível que o falante em questão seja um sujeito psicologicamente atípico, e perceba e divida o mundo de forma distinta. Mas seria uma exigência demasiado rigorosa buscarmos provas irrefutáveis aqui. Como em outras áreas da ciência, o que devemos buscar na tradução são fortes indícios empíricos em favor de uma hipótese, em detrimento de outras, e não provas irrefutáveis.

Caso unamos essa idéia à apresentada no início dessa seção, de que há, de fato, uma tradução correta para ‘gavagai’ – um conceito expresso por ‘gavagai’ –, e supondo que tal conceito é algo como COELHO, poderíamos dizer que o lingüista acredita verdadeiramente que ‘gavagai’ significa ‘coelho’, e que tem fortes razões para tal crença – embora não provas irrefutáveis. Sendo assim, poderíamos mesmo dizer que o lingüista *sabe* que ‘gavagai’ significa ‘coelho’. Tal visão parece-me mais plausível e atraente do que a idéia de que a tradução de ‘gavagai’ – e dos termos em geral – é indeterminada. E tal visão parece-me ser perfeitamente compatível com uma semântica mentalista.

4. Informações Colaterais, Holismo e Segundo Argumento contra a Semântica Mentalista

Porém, segundo Bulcão Nascimento, para além do argumento baseado na indeterminação da tradução, Quine possui outro forte argumento contra a semântica mentalista, baseado em certas considerações acerca da natureza holística do significado. Nascimento diz-nos que

os significados das sentenças da linguagem são, na verdade, irremediavelmente tributários do conhecimento de fundo que possuem os falantes em questão. Mas, nesse caso, dado que o conhecimento de fundo varia, de (comunidade) falante a (comunidade) falante, deve fracassar também a idéia de um significado lingüístico (pré) determinado na mente de cada indivíduo, seja de uma palavra ou termo, seja de uma sentença. E esse pode ser dito como um argumento decisivo contra a semântica mentalista acrítica, o fim do mito do museu (2008, p.82).

De forma a entender adequadamente tal argumento, e posteriormente avaliá-lo, precisamos compreender a idéia de conhecimento de fundo, e sua relação com significados lingüísticos. Em sua explicação dessa idéia, Bulcão Nascimento pede-nos que consideremos uma situação “em que um nativo avistou com nitidez coelhos na região minutos antes de ser inquirido pelo lingüista. Aqui, mais uma vez, o nativo pode sentir-se confiante em proferir ou assentir a ‘gavagai’ tendo avistado tão somente um ‘vulto’ de coelho” (2008, p.80). Já um nativo que não tivesse visto coelhos na região minutos antes, poderia não ter a disposição a proferir ou assentir a ‘gavagai’ diante do que é, de fato, um vulto de coelho. Nesse caso, o primeiro nativo possui uma informação prévia – de que havia coelhos na região minutos antes. Tal informação é seu conhecimento de fundo. E essa informação prévia afeta sua disposição a proferir certas frases, ou assentir a elas. Ou seja, o conhecimento de fundo afeta as condições nas quais os sujeitos profeririam uma frase, ou assentiriam a ela. Para Bulcão Nascimento, isso significa que “fracassa... a própria possibilidade de pensar a noção de proposição enquanto veículo absolutamente determinado de significado”, e que “isso, por si só, já deveria ser suficiente para excluir qualquer tentativa mais séria de pensar os significados lingüísticos como previamente determinados na mente de um indivíduo” (2008, pp.82-3).

4.1. Questionando o Segundo Argumento

Seria esse segundo argumento contra a semântica mentalista convincente? Bem, o defensor de tal posição pode conceder a Quine que o conhecimento de fundo dos

sujeitos afeta as condições nas quais profeririam certas frases, ou assentiriam a elas. De fato, se Júlia sabe que coelhos cruzaram o jardim há poucos minutos atrás, ela pode ter uma disposição a proferir a frase “Há um coelho no jardim!” quando diante do que parece ser um vulto de coelho. Lúcia, não tendo tal conhecimento, pode não ter essa mesma disposição. Assim sendo, as condições em que Lúcia proferiria “Há um coelho no jardim!” são distintas das condições em que Júlia proferiria a frase, e tal distinção é, por sua vez, explicada em termos de diferenças entre o conhecimento de fundo de ambas. Mas significa isso que a semântica de “Há um coelho no jardim!” varia de forma tal que a frase não expressa uma proposição determinada (que pode ser pensada como sendo instanciada na mente dos sujeitos)? Não é claro que essa seja uma consequência das considerações de Quine apresentadas por Bulcão Nascimento. Afinal, podemos, aqui, fazer uma distinção entre condições de asserção (ou proferição) – as condições nas quais um sujeito assertaria uma dada frase – e proposições expressas (e, conseqüentemente, entre condições de asserção e condições de verdade). O defensor da semântica mentalista pode dizer que, embora o conhecimento de fundo afete as condições de asserção de frases, não afeta as proposições expressas (e condições de verdade). Por exemplo, pode ser dito que, tanto quando proferida por Júlia, diante de um vulto, quando proferida por Lúcia, diante de um coelho, a frase “Há um coelho no jardim!” expressa a mesma proposição, nomeadamente, a proposição que, em português, pode ser dita como sendo a de que há um coelho no jardim (e a frase é verdadeira se e somente se há um coelho no jardim). Quando Mary, de sua janela em Londres, diz “There is a rabbit in the garden!”, ela estaria expressando a mesma proposição, embora possa estar disposta a proferir a frase em condições bastante distintas das que estão em jogo para Lúcia e Júlia. Há, assim, espaço para admitir a influência do conhecimento de fundo dos sujeitos sobre as condições de asserção das frases, mas, ainda assim, defender que frases expressam proposições determinadas, que podem ser tomadas como ocorrendo na mente dos sujeitos.

Quine não estaria, claro, disposto a fazer uma distinção entre condições de asserção e proposição expressa, mas o ponto é que fazer tal distinção é um caminho que pode ser tomado pelo defensor da semântica mentalista, e um caminho que parece permanecer em aberto mesmo após as críticas levantadas por Bulcão Nascimento, e reproduzidas acima, em sua leitura de Quine.

Até o momento, estamos falando da influência do conhecimento de fundo sobre o significado de frases. Mas Bulcão Nascimento sugere que a influência do

conhecimento de fundo estende-se também ao significado dos termos, quando diz que “dado que o conhecimento de fundo varia, de (comunidade) falante a (comunidade) falante, deve fracassar também a idéia de um significado lingüístico (pré) determinado na mente de cada indivíduo, seja de uma *palavra* ou *termo*, seja de uma sentença” (2008, p.82/itálicos meus). Como poderia tal ponto ser desenvolvido? Bem, pode ser dito que falantes distintos podem ter (e tipicamente têm) conhecimento de fundo distinto associado aos termos de seu vocabulário. Por exemplo, Júlia pode saber que coelhos pertencem à família dos leporídeos, e Lúcia não sabê-lo. Um holista em relação ao significado, como Quine, que toma os significados como sendo constituídos, ao menos em parte, pelo conhecimento de fundo associado aos termos, diria, então, que o significado de um termo, como ‘coelho’, pode variar de indivíduo para indivíduo, à medida que varia tal conhecimento. E poderia mesmo variar temporalmente para um mesmo indivíduo, na medida em que varia seu corpo de conhecimento de fundo associado ao termo. Nesse caso, significados (ou conceitos) não seriam determinados para todo sempre⁵, invariáveis, e compartilhados entre sujeitos, como prevê a semântica mentalista. Ou seja, se tal forma de holismo semântico for verdadeira, a semântica mentalista – na forma que estamos considerando-a – é falsa.

Parece-me que essa é uma crítica de mais difícil refutação à semântica mentalista. Porém, defensores de tal semântica, como Fodor, recusam-se a admitir que o conhecimento de fundo afete a posse e identidade dos conceitos de um sujeito.⁶ Para ele, um conceito, como CÃO, é uma representação mental sem constituintes, ou seja, que não possui outras representações como parte. Assim, o conhecimento de fundo do sujeito acerca de cães, por exemplo, não é parte do conceito CÃO, mas está apenas associado, de maneira não constitutiva, a tal conceito. Ou seja, de acordo com essa posição, o conhecimento de fundo não possui qualquer papel individuador em relação ao conceito. O que significa que variações no conhecimento de fundo não afetam a identidade do conceito: por mais que varie o conhecimento de fundo, o conceito permanece sendo o mesmo. E, por conseguinte, tais variações não modificam o significado dos termos. Tais significados, uma vez adquiridos, seriam estáveis, tal como previsto pela semântica mentalista. Há inúmeras dificuldades que um defensor de tal

⁵ Embora tal argumento seja compatível com a idéia de que significados são determinados na mente de um sujeito ao menos em um momento específico, enquanto seu conhecimento de fundo permanece estável.

⁶ Ver Fodor (1998), para uma defesa detalhada desta posição.

posição precisa enfrentar.⁷ Mas trata-se, certamente, de uma posição coerente, e que está disponível para ser defendida pelo semântico mentalista, em resposta a críticas como as de Quine, que apelam para a suposta influência do conhecimento de fundo dos sujeitos sobre seus conceitos, ou sobre o significado de seus termos.

5. Comentários Finais

Por fim, uma observação sobre uma acusação feita freqüentemente por Quine contra a semântica mentalista, e salientada por Bulcão Nascimento. A acusação é de que a semântica mentalista se refugia no “obscuro abrigo dos significados mentais” (Bulcão Nascimento, 2008, p.90). Ou seja, a semântica mentalista seria caracterizada pela obscuridade. Em contrapartida, uma semântica baseada no comportamento dos sujeitos, como é a de Quine, busca “eliminar a obscuridade... em vez de ‘esconder-se’ atrás dos significados mentais insondáveis” (Bulcão Nascimento, 2008, p.90). Poderia ser também dito que a semântica mentalista não respeita o naturalismo, no sentido de que não poderia ser estudada “com o mesmo espírito empírico que anima a ciência natural” (Quine, 1968, p.185). Tal acusação pode ser justa contra uma semântica mentalista dualista, cartesiana, que tomasse significados como entidades pertencentes à mente tomada enquanto uma substância não-física. Tal idéia, de fato, não poderia ser investigada com o mesmo espírito empírico que anima a ciência natural, uma vez que não diria respeito ao mundo físico. Mas, para o semântico mentalista contemporâneo, como Fodor, seu empreendimento não é obscuro, e é claramente naturalista. Para ele, a idéia de que conceitos (ou significados) são representações mentais não é mais obscura ou misteriosa do que, por exemplo, a idéia de que alojamos em nossa mente informações acerca de fatos ocorridos no passado. Para alojar tais informações – como a de que Sean Penn ganhou o Oscar de melhor ator em 2009 – precisamos utilizar conceitos – como o conceito OSCAR. Se nossa mente aloja informações, e se, de forma a alojar informações precisamos usar conceitos, então conceitos são aplicados mentalmente, em cujo caso conceitos poderiam ser pensados como sendo entidades mentais.

Mas, poderia a idéia de que conceitos (ou significados) são representações mentais ser investigada com o mesmo espírito empírico que anima a ciência natural?

⁷Para uma discussão de algumas dessas dificuldades, ver o último capítulo de Fodor (1998).

Bem, tal idéia é hoje dominante em psicologia e lingüística, e gera hipóteses que podem ser (e são) empiricamente testadas. Diante de tais testes, algumas hipóteses perdem a força, e são mesmo descartadas, enquanto outras ganham força. Por exemplo, a hipótese de Fodor – de que conceitos são representações mentais que não possuem outras representações como parte – gera previsões que podem ser empiricamente testadas. Se a hipótese fosse verdadeira, seria de se esperar que caso um sujeito possuísse um conceito C associado a um conhecimento de fundo CF, o sujeito não teria a sua posse de C afetada, ainda que perdesse CF. Afinal, a posse de C não dependeria da posse de CF, e dos conceitos envolvidos em CF. Tal hipótese pode ser empiricamente testada considerando-se, por exemplo, casos de demência em que os sujeitos perdem informação acerca do mundo. Caso a perda de CF afetasse a posse de um dado conceito C, a hipótese de Fodor perderia força. Caso não afetasse, a hipótese ganharia força.⁸

Portanto, a idéia de que conceitos (significados) são representações mentais, defendida pela semântica mentalista, não precisa ser obscura, e parece poder ser investigada com o mesmo espírito empírico que anima a ciência natural, com base na formulação de hipóteses, e testes empíricos dessas hipóteses. Assim, talvez possamos ser semânticos mentalistas e sermos tão naturalistas quanto Quine gostaria que fôssemos.

6. Referências Bibliográficas

CHOMSKY, Noam. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge University Press: Cambridge, 2000.

DeALMEIDA, Roberto. What do Category-Specific Semantic Deficits Tell us about the Representation of Lexical Concepts? *Brain and Language*, 68, pp. 241-248, 1999.

FODOR, Jerry. *Concepts: Where Cognitive Science Went Wrong*. Oxford University Press: Oxford, 1998.

⁸ Ver DeAlmeida (1999) para discussão da hipótese de Fodor seguindo a linha sugerida acima.

FODOR, Jerry. *Hume Variations*. Oxford University Press:Oxford, 2003.

HINTIKKA, Jaakko. Behaviorial Criteria of Radical Translation. In *Words and Objections: Essays on the Work of W. V. Quine* (Donald Davidson & Jaakko Hintikka, eds.). D. Reidel Co.: Dordrecht, pp. 69-81, 1969.

LANDESMAN, Charles. Scepticism about Meaning: Quine's Thesis of Indeterminacy. *Australasian Journal of Philosophy*, 48, 3, pp.320-337, 1970.

MARKMAN, Ellen M. Constraints in Word Meaning in Early Language Acquisition. *Lingua*, 92, pp.199-227, 1994.

NASCIMENTO, Marcos Bulcão. *O Realismo Naturalista de Quine: Crença e Conhecimento sem Dogmas*. UNICAMP: Campinas, 2008.

QUINE, Willard van Orman. *Word and Object*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1960.

QUINE, Willard van Orman. Ontological Relativity. *The Journal of Philosophy*, 65, 7, pp.185-202, 1968.

QUINE, Willard van Orman. *The Philosophy of W.V.Quine (replies)*. Editado por P.A.Schilpp e L.E.Hahn. LaSalle:Open Court, 1987a.

QUINE, Willard van Orman. Indeterminacy of Translation Again. *The Journal of Philosophy*, 84, 1, pp.5-10, 1987b.